

## Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe\*\*

As relações de parentesco alargado foram por muito tempo consideradas, nas ciências sociais em geral e na sociologia em particular, algo estritamente característico das sociedades pré-modernas, pensando-se, inversamente, que nas sociedades industrializadas ter-se-ia verificado um esboroamento generalizado da parentela, produto dos processos globais de individualização que teriam nuclearizado, conjugalizado e isolado os agregados domésticos.

É no trabalho de Durkheim (1975 [1921]) que vamos encontrar a súpula das visões oitocentistas da família. Para este autor verificar-se-ia uma *lei da contracção progressiva* das unidades sociais primárias, a par de uma complexificação, segmentação e especialização funcional a nível societal. É assim que entende a família moderna como sendo conjugal e tendencialmente companheirista, com especialização funcional dos cônjuges, com marcada falta de horizonte intergeracional e, de resto, separada da parentela. No seguimento de Durkheim, Parsons (1971, pp. 273-300)<sup>1</sup> conceptualizará de modo semelhante as relações familiares como indo no sentido da redução dos agregados domésticos à conjugalidade (sexualmente especializada) e do seu afastamento da parentela. Para Parsons, as sociedades «primitivas» seriam dominadas pelo *kinship system*, enquanto nas sociedades desenvolvidas o parentesco alargado teria perdido importância e deixado de ser omni-social devido à progressiva diferenciação

---

\* Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

\*\* O presente artigo consiste numa síntese muito abreviada de algumas das principais conclusões, empíricas e teóricas, da dissertação de mestrado *Redes de Entrelajada Familiar no Portugal Contemporâneo* (Vasconcelos, 2001), realizada no âmbito do III mestrado em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> V. também Parsons e Bales (1955).

institucional e sistémica (funcional), reduzindo-se, assim, à família nuclear, na qual se verificaria uma especialização funcional sexual e etária.

No entanto, mesmo por volta dos anos 50 do século xx, na mesma altura em que Parsons cimentava as suas teses sobre a família, encontramos trabalhos de investigação pioneiros no estudo sociológico das redes de parentesco, como os de Bott (1976 [1957]) e de Young e Willmott (1987 [1957]). Já nos anos 70 temos os estudos de Roussel e Bourguignon (1976) e particularmente o de Pitrou (1978).

Mais recentemente (fins dos anos 80 e anos 90) encontramos os trabalhos de Attias-Donfut (1995a, 1995b e 1996), Leseman e Martin (1993)<sup>2</sup> e Bonvalet *et al.* (1993), para a França, os da equipa de Bawin-Legros (Bawin-Legros e Jacobs, 1995; Bawin-Legros *et al.*, 1995), para a Bélgica, e os da equipa de Kellerhals (Coenen-Huther *et al.*, 1994)<sup>3</sup>, para a Suíça, bem como uma série de outros, que vieram demonstrar não só a vitalidade das relações de parentesco, como as suas modalidades sociais e geracionais.

Todas estas investigações vieram não só desmentir as teses funcionalistas de isolamento da família nuclear, que correspondiam a uma radicalização excessiva da proposta parsoniana, como igualmente desviar o olhar sociológico da conjugalidade, tema sobre o qual incidiam, em grande medida como resultado das teses de nuclearização, a maioria dos trabalhos de sociologia da família. O que estes trabalhos mostraram é que não é só nos grupos domésticos que se faz a mobilização dos recursos e se vive quotidianamente a vida familiar, sendo que as relações sociais primárias e as sociabilidades familiares em regra extravasam o grupo de co-residência.

Demonstrou-se então que as solidariedades e entreajudas familiares funcionam com base em redes de pessoas (particularmente de parentesco) que trocam entre si bens e serviços. Na realidade, as solidariedades familiares (particularmente as intergeracionais, de todo as mais comuns) têm uma importância relevante não só na economia das famílias, como também nas suas vidas quotidianas e trajectórias sociais.

Existe, assim, aparentemente, todo um reservatório de parentesco<sup>4</sup> que se tornou necessário estudar para perceber as solidariedades familiares, bem como conhecer as configurações geracionais e familiares específicas que estão na sua base. Quais são as pessoas com quem se entra em relações de troca? Quais os tipos e montantes dos bens e serviços trocados? Qual a morfologia e caracterização da rede? Para responder a estas questões é necessário construir «mapas» das redes, fazer a sua topologia mais descritiva, já que estes não são terrenos homogéneos, pois o «termo rede não é casual: indica uma pluralidade de direcções, um entrelaçado de relações e de trocas nem sempre directas ou lineares» (Saraceno, 1992, p. 68).

---

<sup>2</sup> Tal como Martin (1995a e 1995b).

<sup>3</sup> V. também Kellerhals e Mc Cluskey (1988) e Kellerhals *et al.* (1995).

<sup>4</sup> Cf. Coenen-Huther *et al.* (1994), pp. 55 e segs.

É nesta linha de investigação que a proposta desenvolvida por J. Kellerhals e a sua equipa<sup>5</sup> demonstrou ser detentora de uma fortíssima capacidade heurística e interpretativa, permitindo reconstruir os meandros sociais das solidariedades familiares, nomeadamente a morfologia e extensão do parentesco alargado nas sociedades contemporâneas, bem como a importância relativa que têm na reprodução dos grupos sociais (famílias) e consequente manutenção de um «tecido social» geral.

Esta seria uma topologia mais descritiva dos membros das redes de apoio familiar que só analiticamente pode ser desligada dos seus conteúdos, isto é, do que efectivamente se troca no seu interior. As redes de ajuda não são somente redes de pessoas, mas também redes de circulação de uma grande variedade de bens, variando igualmente o volume e a direcção topológica dos fluxos consoante o tipo de bens trocado. Querer saber sobre as ajudas e apoios que ocorrem no interior das redes de solidariedade familiar é questionarmo-nos sobre o que efectivamente se troca, quanto se troca e em que sentidos se troca face a uma determinada «cartografia» de parentesco delineada.

De facto, tudo indica que o volume e o sentido das trocas variam consoante a natureza das trocas. Mas que tipos de trocas existem então? Quase tudo o que intervém nas interacções familiares pode ser entendido como fazendo parte de uma troca, mas dois grandes blocos se destacam analiticamente: as ajudas em espécie/serviços e as ajudas em dinheiro ou património. É assim que se presta toda uma série de serviços e se dá toda uma variedade de bens — como o apoio ao trabalho doméstico ou a outros serviços ligados à manutenção da habitação; a guarda das crianças e cuidados aos idosos (pontual ou sistematicamente); dádivas múltiplas, como comida, roupa, objectos (livros, relíquias do tetraedro, etc.); móveis e automóveis; imóveis (como prédios, casas, andares, terrenos, etc.); mobilização de redes de interconhecimento e de circulação de informação para as sociabilidades, o estudo e a educação, o emprego, as *démarches* administrativas, visitas e frequência recíproca; ajudas para as férias (guarda das crianças, visitar os pais na «terra» e ficar lá com eles, empréstimo de casa de férias...); ajudas financeiras várias, dádivas e doações, empréstimos, pensões, heranças, etc.

O que ressalta ao falarmos dos conteúdos das trocas familiares é a importância das condições de existência das diferentes classes sociais<sup>6</sup> e dos processos de reprodução dos capitais que só podem ser feitos, em grande

---

<sup>5</sup> Cf. Coenen-Huther *et al.* (1994), particularmente pp. 34-39.

<sup>6</sup> Sendo certo que nem toda a realidade social pode ser reconduzida, muito menos reduzida, à questão da diferenciação social em classes de existência, tal como esta questão não pode ser pensada unilinearmente, (cf. A. F. Costa *et al.*, 2000, p. 10). Para uma síntese da questão da unidimensionalidade *versus* pluridimensionalidade do conceito de classe social, v. A. F. Costa (1987).

medida, pela reprodução das famílias, nomeadamente através dos usos sociais do parentesco<sup>7</sup> enquanto caso particular dessa reprodução mais alargada<sup>8</sup>.

As redes de entajuda familiar não existem, de facto, no vazio social, sendo antes caracterizadas por toda uma série de características que as estruturam, tais como as decorrentes do posicionamento relativo dos grupos familiares no espaço social, ou, se quisermos, da classe social das famílias. Esta questão, porque remete para as condições reais de vida familiar (e os recursos e competências que aí estão disponíveis) e para os processos de diferenciação entre categorias sociais, remete necessariamente para as formas específicas de perpetuação das famílias ao longo do seu ciclo de vida. Foi neste sentido, de reprodução familiar, que Pitrou (1978, p. 111) identificou um modelo dualista de solidariedades familiares segundo a pertença de classe das famílias: nas *classes mais baixas*, de trocas mais materiais e em serviços, segundo lógicas mais estatutárias, normativas e ritualizadas, teríamos uma *solidariedade para a subsistência*; nas *classes mais altas e médias*, com trocas mais simbólicas e de dinamização para a mobilidade social ascendente, segundo normas mais relacionais, negociadas e relativizadas, teríamos uma *solidariedade para a promoção social*<sup>9</sup>.

Podemos então entender as práticas de entajuda e solidariedade familiar como resultado de práticas *estratégicas* ao longo da trajectória social de agentes caracterizados por uma determinada pertença de classe (posição das famílias no espaço social<sup>10</sup>). É nessa evolução sequencial, aberta mas

---

<sup>7</sup> V. Bourdieu (1980 e 1987).

<sup>8</sup> Bourdieu apresenta as entajudas familiares, particularmente as trocas entre gerações, como caso particular da economia das trocas simbólicas no interior da família. Economia essa que é estruturalmente constituída pela temporalidade (cf. Bourdieu, 2000 [1972], p. 222), havendo uma importância fulcral do intervalo entre dádiva e contradádiva (que pode ser um intervalo geracional), pois não podemos reduzir a um acto cínico algo que em muitos contextos é vivido como acto desinteressado. E desinteressado particularmente nos contextos onde a proximidade social e emocional muitas vezes aliada à coabitação — a família — é instituída pela própria gratuidade que ajuda à formação de um corpo/agente colectivo. Deste modo, «o reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, *sentimento* duradouro para com o autor do acto generoso, podendo ir até à afeição, ao amor, como vemos particularmente bem nas relações entre gerações» (Bourdieu, 1997, p. 130).

<sup>9</sup> A terminologia de classes *altas* e classes *baixas* é a de Pitrou, correndo o risco de visualizar o espaço social como uma hierarquia simples de posições estatutárias.

<sup>10</sup> Se as redes de entajuda familiar remetem para o parentesco, remetem também, como temos vindo a ver e pelo facto de que a entajuda diz respeito aos recursos disponíveis nas redes familiares, para a ideia de que existem vários tipos de recursos «cuja distribuição desigual condiciona a localização dos indivíduos na estrutura social» (Machado, 1991, p. 76-77). Neste sentido a teorização, por Bourdieu (1979, pp. 128 e segs.), do espaço social como campo cuja topologia relacional é construída pelas distribuições desiguais das espécies de valor agenciável e investível que são centrais num momento particular da divisão do trabalho social é particularmente pertinente para perceber os processos de diferenciação social da solidariedade familiar, bem como as maneiras como os grupos familiares agem nesse espaço.

crescentemente determinada, que os agentes sociais «jogam» o seu saber prático com objectivos estratégicos.

Assim, as práticas de entajuda familiar, com o recurso que acarretam a uma utilização social do parentesco, são elas mesmas estratégias de reprodução social, que, em vários âmbitos de acção possível (tantos quantas as maneiras de prestar apoio dentro da família), visam a reprodução biológica e social dos grupos primários onde se inscrevem os indivíduos — as famílias.

Ora, se as solidariedades familiares são estratégicas, podem ser conceptualizadas enquanto *sistema de estratégias de reprodução*<sup>11</sup>, que visam a reprodução social da família, quer no seu sentido de agregado doméstico, quer no seu sentido de rede de parentesco (particularmente intergeracional), e segundo o princípio relativo do cúmulo das vantagens e das desvantagens sociais, o que beneficia os socialmente favorecidos. Deste modo, a estrutura reprodutiva familiar (aí incluindo as redes de apoio familiar), enquanto sistema estratégico dependente das posições relativas das famílias no espaço social, é activo contribuinte para a reprodução desse espaço estrutural das classes sociais, espaço construído pela própria diferenciação desigualitária das posições que o balizam. Assim, podemos conceber as redes de apoio familiar como um sistema reprodutor da desigualdade global, pois que reprodutor das equidistâncias relativas entre posições sociais.

Os nossos objectivos neste artigo são então, por um lado, de caracterização das redes de apoio familiar em Portugal e, por outro lado, de articulação entre as solidariedades e as condições sociais de existência das famílias portuguesas hoje em dia. Colocamos a hipótese de que as características das redes de pessoas que prestam apoio às famílias em Portugal (quer em termos da sua caracterização topológica, quer em termos dos seus conteúdos em apoios) variarão consoante as determinações de classe (nomeadamente os montantes de recursos e as competências disponíveis) que estruturam determinados meios sociais de relacionamento e de troca (ou mesmo de transmissão) privilegiados. Tendo em consideração que a rede de apoio é, no essencial, uma rede de parentesco, particularmente intergeracional, o que se está a afirmar é que os apoios dados a determinado agregado doméstico (família no sentido de co-residência e partilha de recursos) dependem do que há a transmitir e das suas lógicas de perpetuação social. Em consequência, os apoios (transmissões e

---

<sup>11</sup> Ou seja «l'ensemble de pratiques phénoménalement très différentes par lesquelles les individus ou les familles tendent, inconsciemment et consciemment, à conserver ou à augmenter leur patrimoine et, corrélativement, à maintenir ou améliorer leur position dans la structure des rapports de classe, constituant un système qui, étant le produit d'un même principe unificateur et générateur, fonctionne et se transforme en tant que tel» (Bourdieu, 1979, p. 145). Veja-se que falar de sistema de estratégias de reprodução não é afirmar que estas são sempre estratégias de continuidade estacionária ou de manutenção. Pode conceber-se a continuidade pela ruptura. Assim, falar de sistema de estratégias de reprodução é o mesmo, basicamente, que falar de sistema de estratégias de reconversão ou reestruturação.

serviços) podem ser entendidos como estratégias de reprodução das vantagens sociais (ou desvantagens, no caso daqueles que se encontram relativamente desprovidos de recursos e competências), transmissões e ajudas essas que em muito contribuem para a definição das posições de classe das famílias, até porque, face à situação de classe dos agregados receptores, essas dádivas serão recebidas e integradas em diferentes organizações domésticas estratégicas.

Para alcançarmos os nossos objectivos indagámos as famílias portuguesas sobre toda uma série de apoios que poderiam ser-lhes destinados<sup>12</sup>, quer a nível de *ajudas quotidianas* recebidas actualmente<sup>13</sup>, como apoio financeiro (dar ou emprestar dinheiro, pagar contas, despesas), apoio material (dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa), apoio nos serviços domésticos (fazer tarefas domésticas, dar comida feita para levar, etc.), apoio noutros serviços (pequenas reparações na casa, transporte de pessoas, recados, etc.<sup>14</sup>), apoio moral (desabafar, conversar sobre problemas, etc.) e apoios nos cuidados às crianças (tomar conta de dia ou de noite, levar ao médico, à escola), quer sobre *grandes ajudas* que tenham sido dadas ao longo de todo o ciclo de vida familiar, como apoios para grandes festas familiares (casamentos, baptizados, etc.), dádivas de quantias elevadas de dinheiro, oferta ou ajuda na compra de móveis e electrodomésticos para a casa e para o bebé, dádiva de automóveis, receber uma herança, oferta de sociedade empresarial ou dádiva de um negócio, empréstimo monetário ou dádiva de garantias financeiras (fiança) para grandes compras, dádiva de casa (moradia), andar (apartamento), terrenos ou outros bens imóveis, dádiva de alojamento por um período de tempo mais ou menos longo ou empréstimo de habitação, apoios para arranjar emprego.

Esta inquirição foi sempre uma que conjugava tipos específicos de apoios (dentro das duas grandes categorias enunciadas) com categorias específicas de dadores, permitindo, desta maneira, uma reconstrução da topologia das redes de entajuda familiar em Portugal (continental). Uma caracterização sócio-profissional e educacional dos casais alvo de inquirição permitiu-nos articular as redes de apoio com a situação de classe das famílias. Proceder-se-á, em primeiro lugar, a uma análise dos volumes de apoio (número de apoios) recebidos pelas famílias portuguesas, quer no total de ajudas quotidianas e grandes ajudas, quer por tipos específicos de apoio. Um segundo momento será a identificação dos dadores de apoio, o que nos permite uma análise da lateralização (saber se este flui preponderantemente da família da mulher ou da do homem) e da gendrificação dos apoios (saber se o apoio é principalmente obra de mulheres ou de homens). Num terceiro momento

---

<sup>12</sup> Destinados ao casal e a seus filhos.

<sup>13</sup> Ou seja, no momento presente da vida familiar, o que corresponde, *grosso modo*, ao período de um ano anterior ao momento de inquirição.

<sup>14</sup> Sem contar com prestação de serviços especificamente destinados às crianças.

analisar-se-á a articulação entre diferentes volumes de apoio recebido pelas famílias portuguesas e as inserções sócio-profissionais e níveis educacionais destas. Por último, com o intuito de alcançar os diferentes perfis estratégicos de apoio familiar, analisam-se os volumes médios de apoios, por tipos de ajudas quotidianas e grandes ajudas, nas diversas posições sócio-profissionais que consubstanciam o espaço social das classes em Portugal.

Os dados apresentados são resultantes de um inquérito por questionário aplicado às famílias portuguesas no âmbito do projecto conjunto do ICS/UL e do CIES/ISCTE «Famílias no Portugal contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedades», coordenado por Karin Wall<sup>15</sup>. O inquérito foi aplicado pelo Instituto Nacional de Estatística<sup>16</sup>, em 1999, a uma amostra continental representativa das famílias portuguesas com crianças dependentes onde a mulher (casada ou em união de facto) tinha entre 25 e 49 anos e pelo menos uma das crianças entre 6 e 16 anos de idade. A pessoa inquirida foi sempre a mulher, tendo-se alcançado uma amostra final de 1776 famílias. Estamos, portanto, a falar de casais, em média, entre os 30 e os 40 e poucos anos, a viverem conjugalmente há cerca de dez a vinte anos (média de dezassete anos) e com filhos em idade infantil ou na pré-adolescência.

## VOLUMES E TIPOS DE APOIO

No momento actual da vida familiar encontramos 51% da população a não receber ajudas quotidianas (v. quadro n.º 1). Com uma ajuda apenas temos cerca de 19%, com duas 12%, com três 8%. As famílias que recebem quatro ou cinco e mais ajudas rondam, respectivamente, os 4% cada uma. Este é um panorama de relativa rarefacção das solidariedades, ainda que não total. Se olharmos para as grandes ajudas ao longo da história familiar, o quadro de conjunto altera-se (v. quadro n.º 2).

---

<sup>15</sup> Financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia desde inícios de 1997.

<sup>16</sup> Amostra cuja representatividade foi garantida pelo próprio INE para o universo das famílias com pelo menos uma mulher entre os 25 e os 49 anos de idade a viver em casal (casada ou coabitante) e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. A amostra-alvo original era constituída por 2260 agregados domésticos, sendo representativa das famílias com crianças residentes dependentes. A pessoa inquirida, como já o dissemos, foi sempre a mulher. Obteve-se uma resposta de 79% da amostra original (sobrestimada em 25% para compensar as não-respostas), alcançando-se uma amostra real de 1776 famílias. A amostra probabilística multietápica foi extraída pelo INE de uma amostra-mãe de agregados domésticos (a amostra-mãe foi uma amostra probabilística baseada no registo censitário de 1991; estava estratificada por região — cinco regiões no continente, mais os Açores e a Madeira — e tinha 1143 blocos censitários, cada um com cerca de 300 agregados domésticos), construída para o Inquérito Nacional ao Emprego e permitindo um nível de confiança de 95% (erro de amostragem  $\pm 2,3\%$ ,  $\alpha=0,05$ ).

Volume de ajudas quotidianas actuais

[QUADRO N.º 1]

Ajudas quotidianas actuais	Percentagem	Percentagem cum.
0 ajudas . . . . .	51,2	51,2
1 ajuda . . . . .	19,3	70,6
2 ajudas . . . . .	12,3	82,9
3 ajudas . . . . .	8,3	91,2
4 ajudas . . . . .	4,3	95,6
5 e mais ajudas . . . . .	4,4	100,0
<i>Total (n=1776) . . . . .</i>	100,0	–

Volume de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar

[QUADRO N.º 2]

Grandes ajudas	Percentagem	Percentagem cum.
0 ajudas . . . . .	26,4	26,4
1 ajuda . . . . .	18,2	44,7
2 ajudas . . . . .	20,2	64,9
3 ajudas . . . . .	13,9	78,8
4 ajudas . . . . .	8,4	87,2
5 e mais ajudas . . . . .	4,8	92,1
6 a 10 ajudas . . . . .	7,8	99,8
11 a 15 ajudas . . . . .	0,2	100,0
<i>Total (n=1776) . . . . .</i>	100,0	–

De facto, apenas cerca de um quarto das famílias não receberam nenhuma grande transmissão de capital ao longo do seu ciclo de vida. No entanto, aquelas que foram receptoras de seis ou mais grandes ajudas apenas perfazem 8%. Quando agregamos tipologicamente ajudas quotidianas actuais e grandes ajudas (v. quadro n.º 3), a situação global é menos rarefeita, com somente 16% a não terem recebido qualquer espécie de apoio. Note-se, no entanto, que a situação modal é uma de ocasionalidade do apoio recebido.

O ponto que acentuamos não é tanto o de existirem excluídos das redes de entreaajuda, não deixando esta de ser uma constatação central. O que está aqui em causa, não deixando de existir toda uma diversidade de situações de entreaajuda, é o facto de que, na maioria das situações, não podemos encontrar um forte entrosamento de solidariedade, mesmo quando esta existe.

Tipo de rede de entreaajuda segundo o volume de ajudas quotidianas actuais e grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar

[QUADRO N.º 3]

Tipo de rede de entreaajuda	Percentagem	Percentagem cum.
Sem apoio (0 ajudas) . . . . .	16,2	16,2
Apoio ocasional (1 a 5 ajudas) . . . . .	61,8	77,9
Apoio moderado (6 a 10 ajudas) . . . . .	18,8	96,7
Apoio intenso (mais de 10 ajudas) . . . . .	3,3	100,0
<i>Total (n=1776)</i> . . . . .	100,0	–

As ajudas são-no em diferentes espécies de apoio. Inquirimos as ajudas quotidianas actuais separadamente para as de natureza financeira, material, doméstica, noutros serviços, moral e em cuidados às crianças. Como pode verificar-se (v. quadro n.º 4), tomando isoladamente cada espécie de ajuda, são extremamente elevadas as percentagens de famílias que não têm apoio de espécie alguma<sup>17</sup>. Neste panorama de fraca intensidade das solidariedades para o momento presente as ajudas que mesmo assim apresentam maior volume são o apoio moral e os cuidados às crianças. Por ordem decrescente de importância, temos o apoio material, o financeiro, o doméstico e, finalmente, noutros serviços.

Volumes de ajudas quotidianas actuais por tipos de ajuda

[QUADRO N.º 4]

Número de ajudas quotidianas actuais	Ajudas financeiras	Ajudas materiais	Ajudas domésticas	Ajudas noutros serviços	Ajudas morais	Cuidados às crianças
0 ajudas . . . . .	91,5	89,8	92,5	95,3	67,1	80,3
1 ajuda . . . . .	6,6	5,8	6,8	3,5	20,4	16,7
2 ajudas . . . . .	1,6	3,2	0,7	1,0	8,7	2,6
3 ajudas . . . . .	0,3	1,2	0,1	0,2	3,8	0,3
<i>Total (n=1776)</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No que diz respeito às grandes transmissões de capital ao longo da vida familiar (v. quadro n.º 5), os níveis de exclusão são também elevados, superando, na maioria dos casos, os 80% ou mesmo rondando os 90%. De

<sup>17</sup> Não se estranhem estas percentagens elevadas, mesmo em comparação com a percentagem, já de si elevada, dos 51% da população inquirida que não recebem qualquer ajuda quotidiana actual, pois a sobreposição, não coincidente, entre os vários tipos de ajuda faz diminuir, na população total, o número de excluídos da entreaajuda familiar.

todas as grandes ajudas, as mais comuns são as ajudas em grandes festas (como baptizados e casamentos) e o fornecimento de alojamento ou empréstimo de habitação. As grandes ajudas menos frequentes são a oferta de carro ou de um negócio.

Volumes de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar  
por tipos de grandes ajudas

[QUADRO N.º 5]

Grandes ajudas	0	1	2	3	Total (n=1776)
Grandes festas . . . . .	52,1	23,3	21,5	3,2	100,0
Dar dinheiro . . . . .	87,2	9,0	3,7	0,1	100,0
Dar móveis . . . . .	82,4	11,4	5,7	0,5	100,0
Dar carro . . . . .	94,4	5,2	0,4	0,1	100,0
Deixar herança . . . . .	87,1	11,3	1,6	0,0	100,0
Negócio . . . . .	96,0	3,8	0,2	0,0	100,0
Emprestar dinheiro . . . . .	87,8	9,9	2,1	0,2	100,0
Dar imóvel . . . . .	85,4	14,2	0,4	0,1	100,0
Alojar . . . . .	72,9	25,0	1,9	0,2	100,0
Arranjar emprego . . . . .	87,5	11,2	1,2	0,1	100,0

Não podemos, portanto, falar das entreajudas familiares como de algo generalizado na sociedade portuguesa, pois, mesmo existindo redes de apoio que relativizam fortemente, pelo menos para o nosso contexto nacional, as ideias de isolamento da família moderna, a desigualdade das situações dá conta de uma forte diversidade social da vida familiar, apontando para situações maioritárias de ocasionalidade do volume de apoios<sup>18</sup>.

## OS DADORES DE APOIO

Os apoios não são dados indiferenciadamente por todas as categorias de dadores potenciais. Todos os estudos sobre as redes de entreajuda e solidariedade em contexto europeu atestam, por um lado, a força das relações de parentesco intergeracionais (verticais e directas, isto, é, entre progenitores e descendência imediata), e, por outro lado, a força da participação feminina, ou por via feminina, nas ajudas. De facto, globalmente (v. quadro n.º 6), a primeira constatação é a de que as redes de entreajuda são, na sua quase totalidade, redes de parentesco (são os parentes da mulher ou do cônjuge os responsáveis por cerca de 90% das ajudas e grandes ajudas dadas). A segun-

<sup>18</sup> Como já tínhamos constatado em Wall *et al.* (2001).

da constatação é a de que são os pais, da mulher ou do cônjuge, os maiores dadores de apoio (71% dos apoios prestados). A terceira constatação é a de que são as mães, da mulher ou do cônjuge, os dadores individuais que mais ajudam<sup>19</sup>. A quarta constatação é a de que as ajudas e grandes ajudas fluem mais pelo lado feminino da rede, ou seja, os apoios são mais prestados pela família da mulher do que pela do cônjuge.

**Dadores de apoio (ajudas quotidianas actuais e grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar)**

[QUADRO N.º 6]

Dadores (em percentagem de apoio)	Ajudas actuais e grandes ajudas			Ajudas quotidianas actuais			Grandes ajudas		
Pai . . . . .	6,7			2,8			8,7		
Mãe . . . . .	16,3	44,4		28,5	40,4		9,9	46,5	
Pais (casal) . . . . .	21,4		71,2	9,1		56,2	27,9		79,0
Sogro . . . . .	4,4			1,6			5,8		
Sogra . . . . .	7,6	26,8		9,2	15,8		6,8	32,5	
Sogros (casal) . . . . .	14,8			5,0			19,9		
Irmãos e cônjuges da mulher . . . . .	7,4			13,6			4,1		
Irmãos e cônjuges do homem . . . . .	3,6	11,3		4,5	18,9		3,1	7,3	
Irmãos e cônjuges não especificados . . . . .	0,3			0,8			0,1		
Outros familiares da mulher . . . . .	4,0			2,8			4,7		
Outros familiares do homem . . . . .	1,8		6,7	1,1		5,5	2,2		7,4
Outros familiares (não especificados ou de ambos) . . . . .	0,9			1,6			0,5		
Amigos, colegas e vizinhos . . . . .	9,6			17,6			5,4		
Outras pessoas (não familiares) . . . . .	0,8	10,8		1,0	19,4		0,7	6,3	
Instituições . . . . .	0,4			0,8			0,2		
<i>Total (n = 1456) . . . . .</i>	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	

De facto, a mãe da mulher é a grande responsável individual pelo apoio dado (cerca de 16% do total dos apoios, o que atinge cerca de 65% das famílias), só ultrapassada pelas dádavas conjuntas de pai e mãe da mulher enquanto casal (21% dos apoios, abrangendo 85% das famílias), sendo mesmo superior aos apoios dados pela outra grande dadora individual que é a sogra (quase 8%) e mesmo aos apoios dados pelos sogros enquanto casal (cerca de 15%). A soma das ajudas e grandes ajudas dadas pela mãe, pelo pai e por ambos em conjunto alcança os 44%, enquanto os apoios prestados pela sogra, pelo sogro e por ambos em conjunto ficam próximos dos 27%.

<sup>19</sup> Doravante os progenitores das mulheres inquiridas serão designados por «mãe», «pai» e «pais»; os progenitores dos cônjuges das inquiridas serão designados por «sogra», «sogro» e «sogros».

No total, os irmãos e irmãs e respectivos cônjuges (da mulher ou do marido) dão conta de 11% dos apoios, os outros familiares da mulher ou do homem quase 7% e a grande categoria agregada dos amigos, colegas e vizinhos fica perto dos 10% (os apoios dados por outras pessoas que não familiares ou por instituições são negligenciáveis)<sup>20</sup>.

Repare-se que estamos a olhar para o conjunto de ajudas e grandes ajudas. Quando olhamos apenas para as ajudas quotidianas existentes no momento actual da vida familiar (v. quadro n.º 6), o panorama altera-se um pouco. Por um lado, a mãe é responsável por uma maior percentagem de ajudas — o que parece vir demonstrar a sua importância no dia a dia da vida familiar, sendo que as ajudas dadas pelo pai ou pelos pais em conjunto diminuem bastante, parecendo, portanto, estar estas categorias de dadores mais associadas a transmissões de capitais de maior montante. Por outro lado, os sogros (quer cada um deles isoladamente, quer em conjunto) perdem o segundo lugar no *ranking* dos dadores mais relevantes em percentagem de dádivas. Aparece então a força, na quotidianidade da vida familiar, dos laços colaterais directos (as categorias de irmãos e cônjuges, particularmente os irmãos da mulher) e dos laços de amizade e vicinalidade (e neste caso estamos principalmente a falar de amigos, não de vizinhos).

Como seria de esperar, quando tomamos em consideração apenas as grandes ajudas (v. quadro n.º 6), o mapa das importâncias relativas dos diferentes dadores em volume de apoio volta a alterar-se, já que, no respeitante às grandes transmissões de capitais ao longo da vida familiar, estas operam-se preponderantemente de pais para filhos (79% dos apoios), ou seja, são transmissões de forte verticalidade intergeracional directa. Se a categoria de dadores mais importantes são os pais, em conjunto ou separadamente (cerca de 47%), logo secundada pela dos sogros, também em conjunto ou separadamente (quase 33%), note-se, no interior destas grandes agregações de categorias, que, por um lado, pai e mãe estão bem próximos um do outro e, por outro lado, sogro e sogra também.

---

<sup>20</sup> Quando falamos de outros familiares do homem, da mulher ou de ambos, estamos a falar de uma variedade imensa de parentes, dos quais nenhum se salienta como maior dador do que outro: filhos e filhas, netos e netas, genros e noras, enteados e enteadas, avós, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, primos e primas, padrinhos, madrinhas, afilhados, afilhadas, compadres e comadres (parentesco espiritual), ex-cônjuges e vários outros familiares. Quando falamos de outras pessoas não familiares, depara-se-nos uma situação semelhante, embora aí tenda a avultar, por muito pouco, a categoria do patrão/patroa ou dos respectivos cônjuges, acompanhados de pessoas como o padre, o médico, o senhorio ou senhoria, os pais dos namorados ou namoradas dos filhos e filhas, os empregados e várias outras pessoas. Dentro da categoria dos amigos, colegas e vizinhos, são os amigos quem mais ressalta, seguidos dos vizinhos e, por último, dos colegas.

Como já se pode constatar e como era teoricamente esperado, os apoios dados pela família da mulher e pela família do homem não se equivalem em termos do volume das ajudas prestadas, tal como não se equivalem as prestações feitas por homens e mulheres. Estas últimas aparentam ser maiores dadores de apoio do que os homens (dada particularmente a força dos apoios prestados pela mãe e pela sogra), como as ajudas dadas pela família da mulher suplantam as dadas pela do homem (nomeadamente devido ao peso, nos volumes totais e específicos de apoios, das prestações de solidariedade por parte dos pais da mulher, individual ou conjuntamente).

De facto, quando olhamos para a lateralização das ajudas e das grandes ajudas em conjunto (v. quadro n.º 7), verificamos que cerca de 63% são dadas pela família da mulher, isto é dizer, pelos seus pais, irmãos e irmãs e respectivos cônjuges (cunhados e cunhadas), bem como por outros familiares (tios e tias, primos e primas etc.). A solidariedade flui mais, portanto, pelo lado feminino da família.

Lateralização do apoio  
(ajudas quotidianas actuais e grandes ajudas ao longo  
do ciclo de vida familiar)

[QUADRO N.º 7]

Lateralização	Ajudas quotidianas	Grandes ajudas	Total
Família da mulher . . . . .	71,0	60,4	62,7
Família do homem . . . . .	26,3	38,7	35,8
Família de ambos ou não especificada . . . . .	2,7	0,9	1,5
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0

Esta característica ainda se acentua mais quando analisamos apenas as ajudas quotidianas recebidas actualmente pelas famílias. Neste caso, cerca de 71% são prestações dadas pela família da mulher. A participação da família do homem verifica-se mais no respeitante às grandes transmissões de recursos ao longo do ciclo de vida familiar, onde alcança quase 39% do total (em comparação com apenas 26% no que se refere aos apoios quotidianos dados no momento presente).

Este panorama mantém-se basicamente o mesmo, apesar das flutuações, quando analisamos a lateralização das ajudas quotidianas actuais por tipos específicos de ajuda (v. quadro n.º 8). Os apoios dados pela família da mulher são mais importantes no respeitante a ajudas morais, noutros serviços e domésticas, mas mesmo nos outros tipos de ajuda ficam sempre próximos ou acima dos 60%.

Lateralização dos tipos de ajuda quotidiana actual

[QUADRO N.º 8]

Lateralização	Ajudas finan- ceiras	Ajudas materiais	Ajudas domés- ticas	Ajudas noutros serviços	Ajudas morais	Ajudas nos cuidados às crianças
Família da mulher . . . . .	64,9	60,0	72,0	74,7	80,0	64,9
Família do homem . . . . .	34,3	35,9	26,9	23,9	16,5	33,4
Família de ambos ou não especificada . . . . .	0,8	4,1	1,1	1,4	3,5	1,7
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No respeitante às grandes ajudas (v. quadro n.º 9), esta maioria de apoios por parte da família da mulher não se altera na maior parte das transmissões de recursos, embora em caso algum chegue a atingir mais de 70%. Interessante é notar, na dádiva de sociedade ou de negócio, que a família do homem ultrapassa a da mulher, ainda que por um diferencial de apenas pouco mais de 5%.

Lateralização dos tipos de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar

[QUADRO N.º 9]

Grandes ajudas	Família da mulher	Família do homem	Família de ambos ou não especificada	Total
Grandes festas . . . . .	69,1	30,2	0,7	100
Dar dinheiro . . . . .	58,6	41,4	0,0	100
Dar móveis . . . . .	61,0	38,4	0,6	100
Dar carro . . . . .	59,6	40,4	0,0	100
Deixar herança . . . . .	55,5	44,5	0,0	100
Negócio . . . . .	46,4	51,8	1,8	100
Emprestar dinheiro . . . . .	56,3	42,1	1,6	100
Dar imóvel . . . . .	51,3	48,4	0,3	100
Alojar . . . . .	54,1	45,4	0,5	100
Arranjar emprego . . . . .	60,9	37,6	1,5	100

A preponderância das ajudas e grandes ajudas dadas pela família da mulher é acompanhada pela preponderância dos apoios dados por mulheres. De facto, são as mulheres as grandes fazedoras da solidariedade familiar — não que os homens não participem (como dadores, entenda-se), mas antes que a sua participação é em grande medida feita em casal, logo não isolada nem desligada da participação feminina.

Género dos dadores de ajudas quotidianas actuais e grandes ajudas

[QUADRO N.º 10]

Género dos dadores	Ajudas quotidianas	Grandes ajudas	Total
Mulheres . . . . .	74,2	28,2	41,9
Homens . . . . .	10,7	22,5	18,9
Casais . . . . .	13,9	48,9	38,6
Não especificado . . . . .	1,2	0,4	0,6
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0

Quando olhamos para a gendriificação, entre homens, mulheres e casais, do total de ajudas e grandes ajudas (v. quadro n.º 10), vemos que as mulheres (e neste caso estamos preponderantemente a falar da mãe e da sogra) são responsáveis por quase 42% dos apoios dados, sendo secundadas, a pouco mais de 3 pontos percentuais, pelos apoios dados por casais em conjunto. O volume de ajudas e grandes ajudas dadas por homens fica-se por uma posição minoritária, com um pouco menos de 19%.

Repare-se, contudo, nas diferenças marcadas entre a gendriificação das ajudas quotidianas actuais e a das grandes ajudas. Se nas primeiras o domínio da solidariedade feminina é total, com 74% das ajudas a serem dadas por mulheres, e a participação masculina inferior à dos casais (aquela fica nos 11%, enquanto esta atinge, mesmo assim, os 14%), nas segundas, mesmo dando as mulheres mais do que os homens (cerca de 6% mais), a maior parte das prestações é dada por casais em conjunto (49%). Mais uma vez se acentua o carácter familiar de transmissão das grandes ajudas, se não patrimonial, pelo menos análogo às transmissões de tipo patrimonial nas suas lógicas.

Olhando para a diferenciação de género segundo os tipos específicos de ajudas quotidianas (v. quadro n.º 11), depara-se-nos um conjunto de situações decorrentes do que descrevemos quando demos conta dos pesos proporcionais de diferentes categorias de actores nos volumes específicos de ajudas. Em todas as situações, com excepção das ajudas noutros serviços (onde as participações masculinas atingem uns excepcionais 74%), as ajudas femininas suplantam as dadas por homens. Note-se, mesmo assim, a feminização elevada de apoios como os domésticos (94%), os cuidados às crianças (86%) ou as ajudas morais (81%) em comparação, nomeadamente, com os valores mais moderados, mas ainda assim maioritários, da feminização dos apoios financeiro (43%) e material (57%), sendo que, em ambos estes casos, as prestações dadas em conjunto por casais são superiores às ajudas exclusivamente masculinas.

Género dos dadores de ajudas quotidianas actuais por tipo de ajuda

[QUADRO N.º 11]

Género dos dadores	Ajudas financeiras	Ajudas materiais	Ajudas domésticas	Ajudas noutros serviços	Ajudas morais	Ajudas nos cuidados às crianças
Mulheres . . . . .	43,0	56,6	93,9	14,9	80,9	82,6
Homens . . . . .	19,3	11,7	1,6	74,5	6,9	4,5
Casais . . . . .	37,7	29,5	3,8	8,8	10,5	12,9
Não especificado . . . . .	0,0	2,2	0,7	1,8	1,7	0,0
<i>Total</i> . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O panorama de género das grandes ajudas (v. quadro n.º 12) é menos marcado do que o dos apoios mais quotidianos, dado o carácter de transmissão familiar desses grandes apoios acima mencionado. Se, na maioria dos tipos específicos de grandes ajudas, os apoios prestados conjuntamente por casais são os mais importantes (muitas vezes acima dos 50%), algumas espécies de apoios não apresentam esta diferenciação.

Género dos dadores de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar

[QUADRO N.º 12]

Grandes ajudas	Mulheres	Homens	Casais	Não especificado	Total
Grandes festas . . . . .	25,2	11,7	62,9	0,2	100
Dar dinheiro . . . . .	23,9	24,0	52,1	0,0	100
Dar móveis . . . . .	35,6	14,3	50,1	0,0	100
Dar carro . . . . .	19,5	43,5	37,0	0,0	100
Deixar herança . . . . .	19,9	42,2	37,9	0,0	100
Negócio . . . . .	14,1	69,7	16,2	0,0	100
Emprestar dinheiro . . . . .	23,7	45,1	29,9	1,3	100
Dar imóvel . . . . .	24,3	31,7	43,2	0,8	100
Alojar . . . . .	29,5	11,4	59,0	0,1	100
Arranjar emprego . . . . .	44,6	46,8	7,2	1,4	100

De facto, se em grandes ajudas como os apoios para festas, as dádivas de grandes quantias em dinheiro, a oferta de móveis ou electrodomésticos, a dádiva de casa ou bens imóveis ou apoios em alojamento são os casais os grandes protagonistas da solidariedade, repare-se que são os homens os grandes dadores de carros, de heranças, de negócios ou sociedades e de empréstimos monetários. Apenas nas grandes ajudas para arranjar emprego as prestações masculinas e femininas se equilibram, ainda que com ligeiríssima vantagem das primeiras.

## VOLUMES DE APOIO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Se podemos pressupor existir uma forte diversidade de situações de apoio em todas as categorias sócio-profissionais e escolares, a conceptualização da entreatajuda como sistema de estratégias de reprodução social leva-nos a pensar que, apesar dessa diversidade, existe uma forte associação estatística entre situações de maior volume de apoio e situações de classe com maiores volumes de capitais.

Olhando para a posição de classe do casal<sup>21</sup> (v. quadro n.º 13), confirmamos quer a diversidade de situações sociais de apoio existentes, quer a diferenciação estatística dessas situações no sentido de associar maiores níveis de apoio às posições dotadas de maiores volumes globais de capitais no espaço social das classes.

Tipo de rede de entreatajuda segundo a classe social do casal

[QUADRO N.º 13]

Classe social do casal	Sem apoio	Apoio ocasional	Apoio moderado	Apoio intenso	Total (n = 1729)
ED . . . . .	7,5	57,5	32,5	2,5	100
PIC . . . . .	10,1	49,4	32,6	7,9	100
PTEI . . . . .	9,2	56,9	23,6	10,3	100
IPP . . . . .	16,7	63,4	17,2	2,7	100
Camp. . . . .	15,4	67,0	16,5	1,1	100
EE . . . . .	16,3	60,8	20,0	2,9	100
EE+OI . . . . .	16,5	61,4	18,5	3,6	100
OI . . . . .	20,1	64,0	15,2	0,7	100
AA/AA+OI . . . . .	23,4	64,1	12,5	0,0	100
<i>Total (percentagem) . . . . .</i>	16,2	61,8	18,8	3,3	100

Veja-se que é nos casais empresários e dirigentes (ED), nos casais profissionais intelectuais e científicos (PIC) e nos casais profissionais técnicos e de enquadramento intermédio (PTEI) que encontramos proporções mais reduzidas de inexistência de rede (respectivamente 7,5%, 10% e 9%). Estas são igualmente as situações de classe que apresentam níveis abaixo

<sup>21</sup> Sobre os procedimentos de codificação e construção da variável «classe social do casal», v. Vasconcelos (2001). As categorias sócio-profissionais são as seguintes: ED — empresários e dirigentes; PIC — profissões intelectuais e científicas; PTEI — profissões técnicas e de enquadramento intermédio; IPP — independentes e pequenos patrões; CAMP. — camponeses; EE — empregados executantes dos serviços; EE + OI — empregados executantes e operários industriais; OI — operariado industrial; AA/AA + OI — assalariados agrícolas e agrícola-industriais.

da média de apoios meramente ocasionais (57,5%, 49% e 57%), apresentando, *a contrario*, níveis mais elevados de apoio moderado (32,5%, 32,6% e 23,6%). Semelhantemente, são os casais com profissões intelectuais e científicas (PIC) e profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI) que níveis mais elevados de apoios intensos recebem (quase 8% e cerca de 10%, respectivamente). As proporções de apoio intenso nos casais empresários e dirigentes (ED) não são tão elevadas como poderia esperar-se, pela existência de um número não negligenciável de domésticas nesta situação de classe (20%).

Assim, são os casais do operariado industrial (OI) e os assalariados agrícolas e agrícola-industriais (AA/AA + OI) que têm proporções mais elevadas de exclusão de apoios (cerca de 20% e pouco mais de 23%, respectivamente), ficando muito ligeiramente acima da média populacional no apoio ocasional (rondam ambos os 64%; a média é de quase 62%), tendo os mais baixos níveis de apoio moderado (respectivamente 15% e pouco menos de 13%) e, particularmente, de apoios intensos — os casais operários não chegam a 1% e os assalariados agrícolas e agrícola-operários têm 0%.

Todas as outras fracções de classe (que perfazem cerca de 55% da população total inquirida, note-se) apresentam uma distribuição muito semelhante à média populacional global. Os casais independentes e do pequeno patronato (IPP), os casais camponeses (CAMP.), os casais de empregados executantes dos serviços (EE) e os casais de empregados executantes e operários (EE+OI) têm proporções de inexistência de ajudas perto dos 16% e não se distanciam muito dos cerca de 62% de média populacional para os apoios ocasionais (com a ligeira excepção dos camponeses, que apresentam uns 67%, concomitantes com o facto de terem ligeiramente menos na inexistência de rede — pouco mais de 15%). No respeitante a níveis de apoio moderado, os casais de empregados executantes dos serviços e de empregados executantes e operários têm proporções algo mais elevadas do que as outras duas fracções (respectivamente 20% e quase 19%, contra os cerca de 17% dos independentes e pequenos patrões e camponeses) e rondam os 3% nos apoios intensos, bem dentro da média, tal como os casais independentes. Os camponeses têm, nos níveis elevados de ajuda, um perfil próximo das categorias mais destituídas da população com o seu 1%.

Esta associação entre posicionamentos desiguais no espaço social das classes e desigualdade no acesso a uma rede de entajuda é ainda mais clara quando analisamos a distribuição das diferentes categorias escolares pelos diversos níveis de volume de apoio. O espaço social é um espaço de posições estruturais relacionais que não pode ser conceptualizado enquanto hierarquia simples de posições — é antes estruturado pela distribuição diferencial e diacrónica de toda uma multiplicidade de recursos capitalizáveis e que contribuem para o posicionamento relativo e não linear de diversas categorias da população consoante os seus tipos preponderantes de capitais (consustanciando assim diferentes volumes globais de capital). No entanto, espécies particulares

de recursos, como os níveis de escolaridade, que são objecto de uma credenciação por parte de instituições estatais monopolizadoras das possibilidades de credenciação legítima, podem ser ordenadas quantitativa e hierarquicamente<sup>22</sup>. A hierarquia das credenciais escolares, não podendo ser linearmente decalcada para se alcançar o mapa relacional do espaço social, tem, no entanto, uma importância crescente na estruturação das possibilidades desiguais de acesso ao mercado de trabalho, assim tendo uma forte, ainda que não unívoca, correlação com as inserções sócio-profissionais de uma população. Acresce ainda, historicamente, a importância dos capitais educacionais no aumento da autonomia, pessoal e social, da população feminina — fenómeno que, face ao forte carácter feminino das redes de entajuda familiar, não pode ser descurado.

Assim, quando olhamos para o volume dos apoios segundo os níveis de escolaridade das mulheres inquiridas, verificamos uma quase que perfeita associação linear entre ambos (v. quadro n.º 14).

As mulheres sem escolaridade ou apenas com escolaridade primária encontram-se numa proporção à volta dos 21% nas situações de inexistência de rede. Como podemos constatar, quanto mais elevado é o nível de escolaridade, menor é a proporção dos que não recebem apoio algum (com a excepção de uma pequena subida no caso das mulheres com curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta), chegando a uns poucos 6,5% nas mulheres licenciadas ou mais. Nos níveis de apoio ocasional e moderado, esta tendência é igualmente bem patente (mais uma vez com o ligeiro desvio, num nível moderado de ajuda, das mulheres que, tendo escolaridade superior à secundária, não alcançaram a licenciatura completa), subindo de uns 0% de apoio intenso nas mulheres sem escolaridade até quase 13% nas licenciadas ou mais.

Tipo de rede de entajuda segundo o nível de escolaridade da mulher

[QUADRO N.º 14]

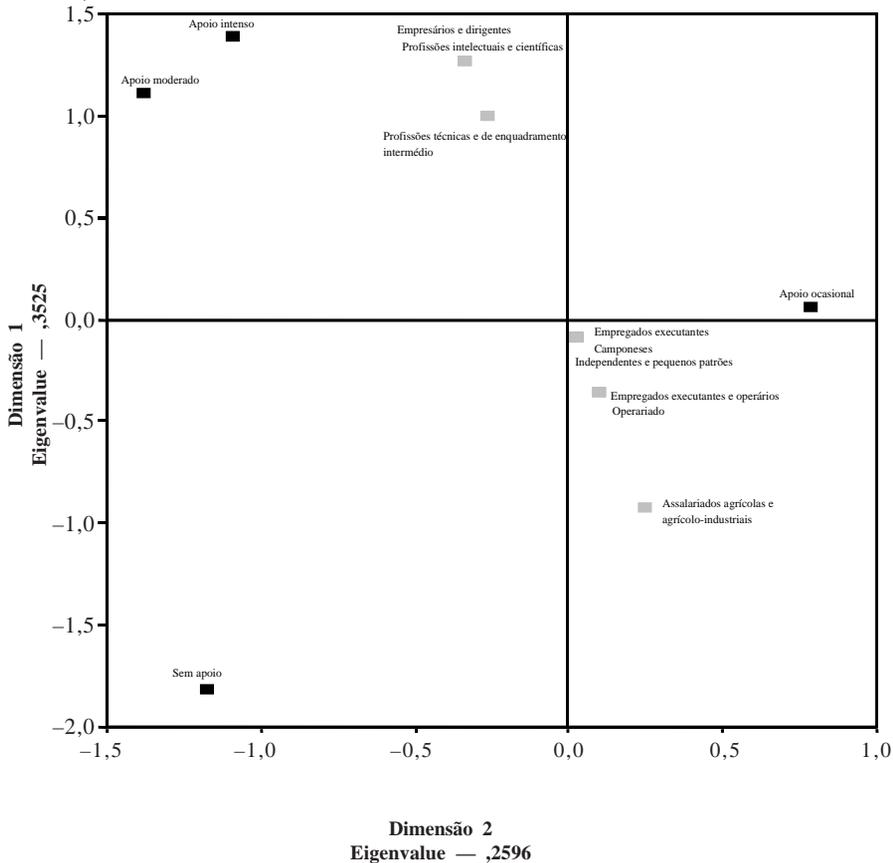
Nível de escolaridade da mulher	Sem apoio	Apoio ocasional	Apoio moderado	Apoio intenso	Total (n = 1776)
Sem escolaridade . . . . .	20,6	67,9	11,5	0,0	100
Ensino primário . . . . .	21,3	64,5	13,4	0,8	100
Ensino preparatório/unificado . . . . .	13,8	63,0	20,0	3,2	100
Ensino secundário . . . . .	9,5	56,4	27,6	6,5	100
Bacharelato, licenciatura incompleta, curso médio . . . . .	12,9	55,4	23,8	7,9	100
Licenciatura ou mais . . . . .	6,5	46,2	34,4	12,9	100
<i>Total (percentagem) . . . . .</i>	16,2	61,8	18,8	3,3	100

<sup>22</sup> Embora essa ordenação quantitativa e hierárquica oculte, simplificando, o carácter qualitativo (mas que poderia ser igualmente reconduzido a uma aproximação quantitativa de maior ou menor mais-valia simbólica) presente na diferenciação das instituições escolares e das vias e áreas de ensino existentes.

Confirmando a associação desigual das posições sociais ao volume da entreajuda, podemos reconstruir, através de procedimentos de análise de correspondências múltiplas, um espaço social<sup>23</sup> a duas dimensões (v. figuras n.ºs 1 e 2<sup>24</sup>) onde são cartografadas as proximidades e distâncias relativas entre variáveis.

Volumes de apoio e espaço social das classes

[FIGURA N.º 1]

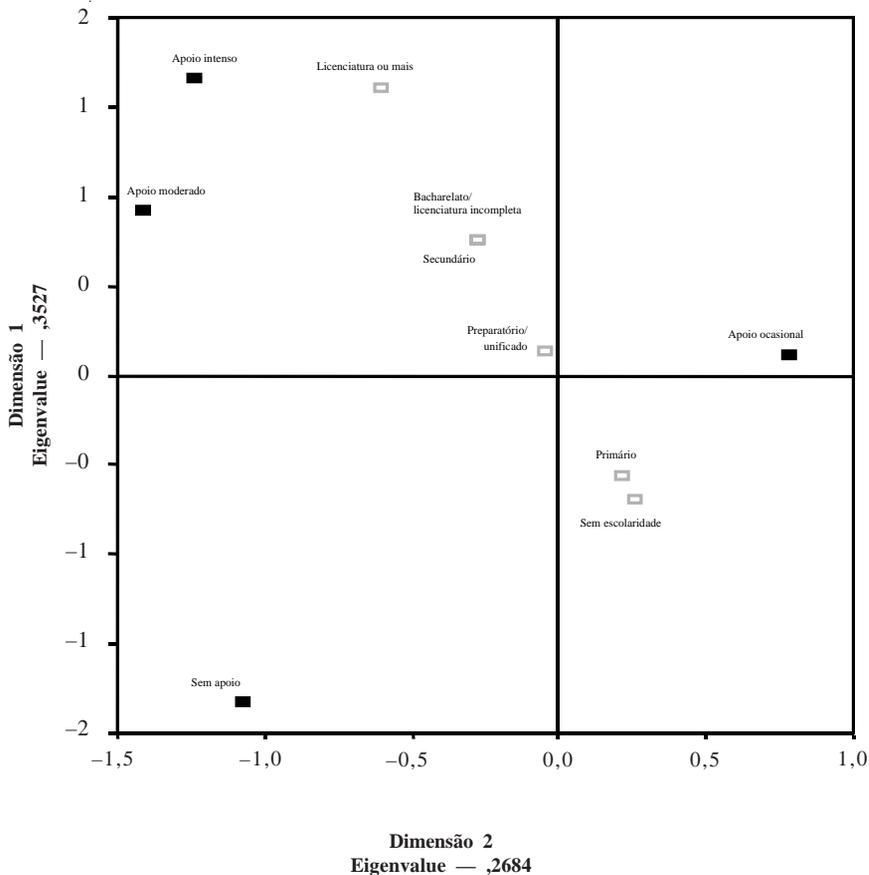


<sup>23</sup> Neste espaço social, quer seja olhando para a classe social, quer seja através dos níveis de escolaridade, a dimensão 1 diz respeito a processos de diferenciação social e a dimensão 2 refere-se ao peso relativo na população, à frequência, se quisermos, das diferentes situações de volume de apoio.

<sup>24</sup> Notemos que, quer com a escolaridade, quer com a classe, as duas dimensões extraídas explicam um pouco mais de 60% da variação existente na população inquirida; mais a dimensão 1 do que a 2 (v. Eigenvalues).

Volumes de apoio e espaço social das classes

[FIGURA N.º 2]



Quando reconstruímos o espaço social de correspondências entre o volume dos apoios e a inserção sócio-profissional do casal, verificamos facilmente o desigual posicionamento das categorias sociais nos quatro quadrantes. Assim, confirmando os resultados anteriormente analisados, os empresários e dirigentes, bem como as profissões intelectuais e científicas, de resto ambos seguidos de perto pelas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, ocupam um quadrante social relativamente próximo dos pontos médios de correspondência das modalidades intensa e moderada de apoio. Veja-se que todas as outras posições sócio-profissionais do casal se encontram num quadrante diagonalmente oposto, embora com alguma proximidade com situações de apoio oca-

sional. Note-se que são os assalariados agrícolas e agrícola-operários que mais próximo estão das situações de ausência de rede.

O mapa de correspondências múltiplas entre o tipo de rede segundo o volume das ajudas e grandes ajudas e o nível educacional da mulher inquirida não difere grandemente, por sua vez, do desenhado pela classe social do casal, apontando para uma forte homologia das posições sociais relativas, embora possa dizer-se que é um pouco mais discriminante das posições sociais encontradas, dado nomeadamente o carácter ordinal do próprio capital escolar.

São as mulheres com uma licenciatura ou mais aquelas que mais próximas se encontram da situação de apoio intenso. Em paralelo e ainda no mesmo quadrante, as mulheres com níveis de escolaridade secundário ou pós-secundário inferior à licenciatura apresentam uma maior proximidade com níveis moderados de entreatajuda, situação esta que, não alterando estruturalmente o seu posicionamento, se encontra um pouco mais distante da posição média de apoio intenso do que estava no mapa de correspondências com a classe social do casal.

As mulheres com o ensino preparatório/unificado, confirmando a posição de charneira que anteriormente constatámos, localizam-se praticamente no ponto de cruzamento das duas dimensões, logo, no centro do espaço social delineado, apresentando um posicionamento quase equidistante entre as situações mais intensas de ajuda e as de inexistência de apoio. Repare-se, no entanto, e apesar de situadas já num outro quadrante, que se encontram mais próximas das situações de apoio ocasional. Um pouco mais próximas dessa circunstância de apoio ocasional estão as mulheres com níveis primários de escolaridade ou sem escolaridade. São estas duas categorias, mas particularmente as mulheres que não frequentaram o sistema de ensino, as que mais perto se encontram do ponto médio das situações de inexistência de rede de entreatajuda.

## TIPOS DE APOIO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL: ESTRATÉGIAS DE CLASSE

A associação entre classe social ou capitais escolares e volume de entreatajuda pode igualmente ser verificada olhando para os diferentes tipos de ajudas quotidianas actuais e de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar. Ou seja, se partirmos da hipótese de que os processos de entreatajuda familiar consubstanciam formas particulares de reprodução das posições sociais das famílias, então a *natureza dos apoios* variará consoante os capitais específicos de cada condição de classe que estão disponíveis para dádiva. Assim, o perfil dos apoios em cada classe social estrutura uma orientação estratégica particular. São essas diferentes e desiguais estratégias de reprodução familiar que pretendemos alcançar ao analisar os números médios dos diferentes apoios que recebem as diversas categorias sócio-económicas.

Repare-se, antes de mais, que a forte desigualdade social até agora encontrada não se queda pela afirmação de que as categorias menos destituídas da população recebem maiores níveis médios de apoios<sup>25</sup>. De facto, sendo essas categorias, globalmente, dotadas de maiores volumes médios de capitais, podemos deduzir que, em geral e em média, cada apoio recebido envolve maiores montantes em espécie fungível; veja-se que não estamos a contabilizar o montante específico de cada apoio, mas a sua ocorrência — um único apoio pode ter um montante, monetarizável ou não, superior a outros três ou quatro.

Assim, podemos supor que categorias sócio-profissionais como os empresários e dirigentes, os profissionais intelectuais e científicos e os profissionais técnicos e de enquadramento intermédio não só recebem maior número de apoios, como também, estatisticamente, os recebem em maior montante<sup>26</sup>.

Como já tínhamos visto tipologicamente, são essas três categorias sócio-profissionais as únicas que recebem apoios em número superior à média populacional total (que é de 3,50 ajudas quotidianas actuais e grandes ajudas ao longo da vida — v. quadro n.º 15). Os independentes e os pequenos patrões, os camponeses, os empregados executantes e os casais executantes e operários encontram-se perto da média, ainda que ligeiramente abaixo. O operariado industrial e os assalariados agrícolas e industriais (particularmente estes últimos) estão patentemente abaixo da média.

Este panorama repete-se analisando isoladamente os números médios de ajudas quotidianas e os das grandes ajudas. Mais uma vez são os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as técnicas e de enquadramento intermédio quem mais apoios recebe (particularmente estas duas últimas), sendo os operários industriais e os assalariados agrícolas e industriais, mais uma vez também, quem menos é objecto de dádiva — todas as outras categorias encontram-se numa série de situações intermédias relativamente perto da média populacional.

Olhando para os conteúdos da entreajuda, vemos que em cada classe social se verifica um conjunto de situações bem diferenciadas.

As famílias de casais empresários e dirigentes apresentam um perfil de apoios quotidianos diversificado, pois, apesar do número médio total de ajudas recebidas as colocar no grupo dos que mais ajudas recebem, verificamos que tal se deve em grande medida ao número de ajudas domésticas,

---

<sup>25</sup> O que pode igualmente ser verificado quando se constata que números médios de ajuda e grandes ajudas, no seu total e por cada tipo de ajuda, tendem a ser, globalmente, mais elevados nessas categorias.

<sup>26</sup> A ideia aqui presente é a de que existe uma correlação estrutural entre as posições de classe dos agregados familiares que inquirimos e as respectivas, e diferenciadas, origens sociais. Esta hipótese, que é relevante para perceber as ajudas recebidas, pois quem mais ajuda, como vimos, são os progenitores, não pôde, nesta fase da investigação, ser objecto de tratamento.

Números médios de apoio (por espécies de apoios)  
segundo a classe social do casal

[QUADRO N.º 15]

Classe social do casal	ED	PIC	PTEI	IPP	Camp.	EE	EE + OI	OI	AA/AA + OI	Total
Total de apoios . . . . .	4,60	5,05	4,76	3,35	3,34	3,42	3,36	2,88	2,67	3,50
Número de ajudas . . . . .	1,20	1,54	1,56	0,93	1,14	1,13	1,05	1,09	0,85	1,13
Ajudas financeiras . . . . .	0,05	0,14	0,12	0,08	0,12	0,13	0,08	0,10	0,12	0,10
Ajudas materiais . . . . .	0,08	0,15	0,16	0,08	0,32	0,18	0,14	0,17	0,12	0,15
Ajudas domésticas . . . . .	0,13	0,07	0,12	0,08	0,12	0,08	0,08	0,06	0,03	0,08
Ajudas noutros serviços . . . . .	0,18	0,06	0,11	0,04	0,06	0,06	0,04	0,05	0,04	0,06
Ajudas morais . . . . .	0,30	0,62	0,69	0,45	0,42	0,53	0,46	0,47	0,31	0,49
Ajudas nos cuidados às crianças . . . . .	0,40	0,44	0,33	0,20	0,14	0,16	0,22	0,22	0,21	0,23
Número de grandes ajudas . . . . .	2,85	3,26	3,04	2,13	2,09	2,09	2,10	1,62	1,75	2,17
Grandes festas . . . . .	0,90	1,01	1,04	0,77	0,76	0,74	0,73	0,61	0,64	0,76
Dar dinheiro . . . . .	0,40	0,48	0,32	0,12	0,07	0,17	0,13	0,10	0,12	0,17
Dar móveis . . . . .	0,33	0,57	0,47	0,20	0,12	0,30	0,22	0,10	0,15	0,24
Dar carro . . . . .	0,23	0,23	0,15	0,04	0,02	0,04	0,04	0,02	0,01	0,06
Deixar herança . . . . .	0,30	0,18	0,12	0,15	0,34	0,12	0,12	0,10	0,06	0,14
Negócio . . . . .	0,13	0,05	0,03	0,12	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,04
Emprestar dinheiro . . . . .	0,03	0,16	0,26	0,17	0,10	0,12	0,13	0,13	0,09	0,15
Dar imóvel . . . . .	0,35	0,17	0,15	0,16	0,23	0,10	0,14	0,13	0,18	0,15
Alojamento . . . . .	0,18	0,30	0,25	0,26	0,36	0,29	0,32	0,29	0,40	0,29
Arranjar emprego . . . . .	0,10	0,14	0,25	0,10	0,04	0,17	0,22	0,09	0,04	0,14

noutros serviços e com os cuidados às crianças (particularmente esta última). De facto, ao contrário do que poderia pensar-se numa primeira abordagem, esta não é uma categoria sócio-profissional que tenha ajudas financeiras dentro da média (o seu valor é mesmo metade da média; encontramos igualmente valores abaixo da média para a ajuda material e para o apoio moral) — o que indicia que os processos de transmissão do capital económico, nesta categoria mais burguesa da população, se efectuam através de grandes apoios não quotidianos.

É na contabilização das grandes ajudas que a especificidade burguesa dos empresários e dirigentes ressalta. Todas as espécies de grandes ajudas recebidas por estes casais são-no em número superior ao das médias totais, com a excepção de formas de grande apoio ao longo do ciclo de vida familiar que indiciam, apesar de uma disponibilidade de ajuda por parte dos dadores, menores montantes de capital para dádiva bruta — falamos de ter tido fiador ou recebido empréstimos monetários, de empréstimo de alojamento ou de ajudas para arranjar emprego. As grandes ajudas aqui presentes, tais como as dádivas (que não empréstimos) de grandes quantias de dinheiro, de bens móveis (automóveis, mobiliário, etc.) e imóveis (casa, andar, terreno), de sociedade empresarial ou o receber de uma herança, indicam a presença de um património familiar e das suas lógicas estratégicas de acumulação e transmissão intergeracional.

Assim, o que caracteriza preponderantemente esta categoria social, além da existência de apoios algo complementares na organização doméstica e gestão do quotidiano<sup>27</sup>, é o próprio *don* dos capitais que se encontram na origem da sua específica situação social (dinheiro, herança e negócio), bem como de bens de consumo de topo associados a posições sociais detentoras de elevados capitais económicos (bens móveis e imóveis). Podemos, neste caso, falar claramente de um *estratégia de transmissão e dádiva patrimonial*.

Por sua vez, nas fracções intelectuais e científicas, que apresentam um número médio de ajudas quotidianas dos mais altos, depara-se-nos já uma maior saliência das dádivas financeiras, da ajuda com os cuidados às crianças e do apoio moral (que são todos acima da média populacional), bem como da ajuda material, noutros serviços e doméstica (estas dentro da média). O perfil das grandes ajudas é, no entanto, diferente da forte transmissão patrimonial presente nos casais empresários e dirigentes, e isto apesar de apresentar um número global de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar superior (é mesmo o valor mais alto). De facto, apresentando para todas as modalidades de grandes ajudas valores na média ou superiores, o panorama global indica, em comparação com as fracções de classe mais

---

<sup>27</sup> Tenhamos em mente que os cuidados com as crianças não dizem respeito à sua situação principal de guarda, mas antes ao seu transporte (ao médico, à escola, etc.) e à sua guarda ocasional durante o dia ou a noite. Da mesma maneira, os apoios noutros serviços respeitam ao transporte de pessoas, a feitura de recados, etc.

burguesas, montantes de capitais patrimoniais menores, pois, não obstante as dádivas de grandes quantias monetárias apresentarem o valor mais alto da população, ressalta a importância da oferta de um automóvel, das dádivas ou ajudas na compra de móveis e electrodomésticos, no ter recebido empréstimos financeiros ou ter tido fiadores em grandes compras, bem como ter tido dádivas temporárias de alojamento. A *contrario*, e ainda em comparação com as famílias empresárias e dirigentes, vejam-se os valores diminutos (relativamente, já que falamos de números na média populacional total ou mesmo ligeiramente acima) da dádiva não temporária de bens imóveis, do ter recebido uma herança ou da oferta de sociedade/dádiva de negócio.

O perfil aqui presente é o de uma *estratégia de empréstimo patrimonial*, complementada, note-se, com elevados níveis de ajudas quotidianas. Estratégia essa menos direccionada para uma transmissão «pura» dos sustentáculos de uma condição de privilégio social do que para o apoio na criação de condições iniciais<sup>28</sup> de autonomização de famílias cuja posição social se define, não pela propriedade, mas antes por inserções profissionais altamente qualificadas. Podemos pressupor que estamos aqui perante apoios para o estabelecimento inicial destes agregados familiares de profissionais intelectuais e científicos, provavelmente num momento da sua vida em que, pelo facto de se encontrarem no início das suas trajectórias profissionais, os seus níveis remuneratórios ou de capital económico acumulado não permitem ainda fazer face a despesas (como a compra de casa e do seu recheio ou de automóvel) sem que arrisquem um decréscimo dos níveis de vida e bem-estar associados às suas condições sociais de existência.

Com fortes semelhanças com o perfil dos casais intelectuais e científicos encontramos as famílias com inserção sócio-profissional técnica e de enquadramento intermédio. Mas, tal como dos empresários e dirigentes para os profissionais intelectuais e científicos se verificava a passagem de um perfil estratégico de dádiva patrimonial para um de empréstimo patrimonial, também destes últimos para os profissionais técnicos e de enquadramento intermédio se verifica uma passagem para um perfil de menor empréstimo patrimonial e de maior mobilização de formas específicas de capital social. Veja-se que estamos neste caso face a valores mais baixos<sup>29</sup> de dádiva de dinheiro, de oferta ou ajuda na compra de móveis e electrodomésticos, de automóvel, de habitação, de alojamento, de herança e de sociedade/negócio (nestes três últimos casos abaixo da média). A natureza mais estritamente relacional do perfil de apoio desta categoria sócio-económica é indiciada pelos números médios (que

---

<sup>28</sup> É claro que a qualificação de «iniciais», aqui presente, é mais hipotética do que verificada, já que não nos é possível, nesta fase, articular as dádivas com momentos específicos do ciclo de vida familiar.

<sup>29</sup> Mais baixo, entenda-se, do que nas fracções intelectuais e científicas — já que estamos quase sempre a falar de valores acima da média populacional total.

são, mesmo assim, os mais altos de toda a população) das grandes ajudas para festas familiares, dos empréstimos ou garantias financeiros (fianças) e, finalmente, dos apoios para a colocação profissional (arranjar emprego).

A situação que aqui se nos depara indica a existência, nesta classe social, de um volume global de capital (nomeadamente em espécie económica) menor do que existe nas profissões intelectuais e científicas, o que provoca, por um lado, uma diminuição dos empréstimos patrimoniais para a autonomização familiar inicial e, por outro lado, um aumento das modalidades de mobilização dos serviços de pessoas, quer para a organização de eventos familiares, quer, o que tem uma importância maior, para a obtenção de emprego. Note-se igualmente que este perfil combinado de menor apoio patrimonial e maior apoio em serviços prestados por outrem é acompanhado pelo nível mais elevado de ajudas quotidianas que encontramos em toda a população, consubstanciando, nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, uma *estratégia de pequeno empréstimo e de mobilização relacional* não apenas pelas modalidades, acima referidas, de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar, mas também porque as ajudas quotidianas actuais estruturam um panorama de pequenas dádivas (financeiras e materiais) e de utilização de serviços personalizados para o trabalho doméstico, os cuidados às crianças, toda uma panóplia diversificada de necessidades e para o apoio psicológico e moral.

Os independentes e pequenos patrões, bem como os camponeses, apresentam, por sua vez, especificidades que os apartam das categorias sociais mais privilegiadas da população portuguesa.

No caso dos primeiros estamos claramente face a uma população relativamente isolada de *enjeux* mais cerrados de entreajuda familiar. Em termos do número médio de apoios quotidianos, os casais independentes e os pequenos patrões só são ultrapassados, pela negativa compreenda-se, pelos assalariados agrícolas e industriais (de longe, como temos visto abundantemente, a categoria sócio-profissional mais excluída da população), apresentando valores para os diferentes tipos de ajuda sistematicamente abaixo da média (ainda que, às vezes, por pouca distância). O mesmo se passa no respeitante às grandes ajudas recebidas por esta fracção de classe — todas estão ou na média populacional ou abaixo dela, com a importante excepção da oferta de sociedade/dádiva de negócio e, a uma distância perto da média, o empréstimo ou as garantias monetários. É o apoio através da dádiva de negócio que está na base, podemos supor com bastante segurança, da própria inserção desta categoria no espaço social das classes. Estamos aqui face a um perfil de reprodução (intergeracional na esmagadora maioria dos casos) de pequenos negócios familiares.

De facto, a própria situação de trabalhador independente ou de pequeno patrão está tão articulada com a natureza dos apoios recebidos que<sup>30</sup> as únicas

---

<sup>30</sup> Além do isolamento em termos de ajudas quotidianas e da saliência maior da grande ajuda que é a dádiva ou partilha de um (pequeno) negócio.

outras grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar que têm alguma importância relativa são tais, como o ter recebido bens imóveis ou uma herança (estas dentro da média populacional global), ou ainda o empréstimo de grandes quantias de dinheiro ou a disponibilização de garantias financeiras (estas ligeiramente acima da média), que podem igualmente ser associadas a esta *estratégia do pequeno negócio*, pois falamos, neste caso, de mobilização pequeno-patrimonial, podemos pressupor, para o estabelecimento por conta própria.

As famílias camponesas partilham, *grosso modo*, este panorama de relativa escassez de apoios, quando em comparação com as categorias detentoras de maiores volumes globais de capitais, embora não possamos afirmar, igualmente, que esta seja uma categoria sócio-profissional excluída das solidariedades familiares. Existem, no entanto, especificidades, de resto sobejamente conhecidas e estudadas<sup>31</sup>, da própria condição camponesa. De facto, esta fracção agrícola pequeno-proprietária apresenta dos mais altos números médios de ajudas domésticas quotidianas e o mais alto número de apoios materiais. Estas formas de solidariedade têm relação umbilical com uma redistribuição familiar dos frutos do próprio trabalho agrícola e com lógicas de entreajuda no trabalho, nomeadamente quando a distinção entre o que é trabalho exterior à casa e trabalho doméstico não é tão vincada como noutros sectores da actividade económica, onde a casa não constitui, na maioria esmagadora dos casos, a sede da produção económica. Nas grandes ajudas existem também especificidades imanes (e estruturadoras) dessa condição campesina e desta ligação à casa e à terra (que se confundem), já que, se de uma forma geral os valores são inferiores às médias populacionais, o número médio de dádivas de casa ou outros bens imóveis (como terrenos agrícolas) é patentemente superior, só sendo superado pelo montante em que ocorre nas famílias empresárias e dirigentes.

Indicador de uma transmissão paulatina das próprias bases materiais da condição camponesa é igualmente o número médio de apoios em alojamento ou empréstimo de habitação (daí também, neste contexto agrícola, os valores elevados das ajudas doméstica e material), bem como, enquanto corolário tradicional da transmissão patrimonial dessa mesma condição, a herança — nestas duas grandes ajudas são mesmo as famílias camponesas quem mais recebe. Estamos aqui, num contexto pequeno-patrimonial, repare-se, face a uma *estratégia de transmissão da casa e da terra*.

Analisando as categorias sócio-profissionais não detentoras nem de propriedade (mesmo da pequena propriedade ou negócio) nem de inserções no mercado de emprego média ou altamente qualificadas, deparam-se-nos dois tipos de situações estruturalmente articuladas com o sector económico de emprego, ou seja, trabalhar ou não nos serviços<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> V., por exemplo, Wall (1998).

<sup>32</sup> Nem que seja apenas, como no caso dos casais constituídos por empregados executantes e operários industriais, um dos cônjuges a trabalhar no sector económico dos serviços.

Assim, por um lado, temos os empregados executantes e os casais de empregados executantes e operários e, por outro lado, as situações familiares de emprego assalariado na indústria ou em actividades agrícolas. Todas estas são situações, como vimos, de menores níveis de apoio (particularmente no caso dos trabalhadores da indústria ou do sector primário), mas, não obstante, há particularidades na reprodução social destas posições sociais, por via das solidariedades familiares alargadas, que é necessário tomar em consideração se pretendemos reconstruir e explicar analiticamente os processos de diferenciação desigual da vida das famílias portuguesas.

Os casais constituídos por empregados executantes dos serviços apresentam um número médio de ajudas e grandes ajudas superior ao dos independentes e pequenos patrões, bem como ao dos camponeses, devendo a sua situação ser mais vista em linha comparativa com categorias assalariadas média ou altamente qualificadas do que com os trabalhadores independentes ou pequeno-proprietários (agrícolas ou não). Repare-se que, olhando para as ajudas quotidianas actualmente recebidas pelos empregados executantes, estes apresentam um perfil relativamente médio, quer para as ajudas domésticas e noutros serviços, quer para, embora nestes casos ligeiramente acima da média, as ajudas financeiras, materiais e morais. Há, portanto, uma tendência para a descida do número de apoios, que, apesar de tudo, existem e não são dos mais baixos. Descida essa que é particularmente vincada no caso das ajudas nos cuidados às crianças, onde os empregados executantes têm dos mais baixos *scores* (apenas os camponeses têm menos), o que é particularmente relevante face aos elevados números médios, neste tipo específico de ajuda, nas categorias mais qualificadas do trabalho assalariado<sup>33</sup>.

A tendência de passagem de um perfil de empréstimo patrimonial para um de menor empréstimo patrimonial e de maior mobilização de formas específicas de capital social, que encontramos quando comparávamos os profissionais intelectuais e científicos com os casais técnicos e de enquadramento intermédio, acentua-se ainda mais vincadamente no caso dos empregados executantes. Se estes estão na média no respeitante às ajudas em grandes festas e dádivas de dinheiro<sup>34</sup>, veja-se que, no referente a transmis-

<sup>33</sup> Os casais empregados executantes encontram-se, assim, numa situação de particular vulnerabilidade no que diz respeito aos cuidados às crianças, já que se sabe serem as camadas com menores recursos económicos da população quem mais dificuldades tem para encontrar soluções *não pagas* de guarda das crianças (cf. Torres *et al.*, 1999). Note-se, no entanto, que, na nossa investigação, o tipo de ajuda «apoio nos cuidados às crianças» não respeita directamente ao problema da guarda.

<sup>34</sup> Embora possamos supor mais uma vez, para esta grande ajuda de dádiva de quantias elevadas de dinheiro, que os seus montantes sejam inferiores aos das categorias da população que, não sendo proprietárias, se sabe, globalmente e por via da sua inserção qualificada no mercado de trabalho, auferirem rendimentos mais elevados [através da hipótese estatística da reprodução da posição social relativa da origem familiar, apesar das profundas transformações ocorridas na estrutura social portuguesa nas últimas décadas (cf., por exemplo, Machado e Costa, 1998, p. 41, e Estanque e Mendes, 1997, pp. 103-133)].

sões patrimoniais — como a herança, o negócio, bens imobiliários ou mesmo o automóvel —, os valores são claramente baixos, bem como nos empréstimos monetários e fianças, salientando-se, pelo contrário, a dívida de móveis e electrodomésticos, a facilitação temporária de alojamento<sup>35</sup> (ainda que por períodos longos de tempo) e as ajudas para conseguir emprego. Estamos neste caso perante uma *estratégia de mobilização relacional e pequena dívida* — pequenas dídivas e mobilizações relacionais, quer quotidianas (dentro da média ou ligeiramente acima), quer mais pontuais ao longo da vida.

Nas famílias em que um dos cônjuges é empregado executante e o outro operário<sup>36</sup> depara-se-nos uma situação que, embora apresente fortes similitudes com o perfil dos casais de empregados executantes, tem já algumas especificidades semelhantes às famílias de condição operária. De facto, se repararmos no número total de ajudas e grandes ajudas, vemos que caminha para os valores mais baixos apresentados pelos operários, apesar de estar ainda mais próximo dos apresentados pelos empregados executantes. O perfil das ajudas quotidianas no momento presente da vida familiar desta categoria sócio-económica mista é um de menor número de ajudas, ainda que não se distancie muito das médias totais da população, estando, globalmente, mais perto do perfil operário do que do trabalho executante nos serviços. Pelo contrário<sup>37</sup>, o perfil das grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar para os casais executantes e operários está mais próximo do dos casais de empregados executantes, quer em termos dos números médios para cada tipo de grande ajuda, quer, particularmente, por se acentuarem as tendências de mobilização de recursos relacionais, como as ajudas para o emprego e a cedência/partilha temporária de alojamento.

Podemos afirmar que, no caso dos casais de empregados executantes e operários industriais, mantendo-se a tendência para a mobilização de serviços pessoais (nomeadamente para a colocação profissional e para o alojamento) que encontramos nos casais constituídos somente por empregados executantes, diminui a tendência para a pequena dívida, aqui reduzida apenas a um apoio quotidiano médio-fraco — podemos, portanto, falar de uma *estratégia de mobilização relacional e pequeno apoio quotidiano*.

As famílias operárias, por sua vez, apresentam um dos números mais baixos de ajudas e grandes ajudas. Este panorama de destituição relativa, em termos de apoios familiares, muito deve aos baixos montantes médios de

---

<sup>35</sup> E que muitas vezes será *partilha* de alojamento entre dadores e receptores de ajuda.

<sup>36</sup> Na maioria destes casos falamos de uma mulher empregada executante (em regra nas categorias menos qualificadas e de trabalho manual dos serviços) e de um homem, seu cônjuge, assalariado na indústria.

<sup>37</sup> Embora seja sempre de notar que não estamos aqui a falar de clivagens muito marcadas entre diferentes perfis estratégicos de entajuda familiar.

grandes ajudas, já que, em termos de ajudas quotidianas, o perfil operário não se distancia muito das médias populacionais totais — está na média, ou muito perto dela, em todos os tipos de ajuda, chegando mesmo a ultrapassar ligeiramente a média no respeitante ao apoio material (roupa, objectos e alimentos para a família e a casa).

A condição social operária está associada aos mais baixos níveis, em toda a população (mesmo comparando com os casais de assalariados agrícolas e agrícolas e industriais), de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar, sobressaindo apenas, pela positiva, os apoios para grandes festas familiares<sup>38</sup> e a cedência/partilha de alojamento (esta exactamente na média populacional). Note-se que as ajudas para arranjar emprego, não sendo inexistentes, ficam claramente abaixo das que encontramos nos empregados executantes ou executantes e operários.

Veja-se, assim, que estamos face a uma categoria social excluída quer de formas de transmissão ou empréstimo patrimonial (mesmo que pequeno-patrimonial), quer, igualmente, de modalidades mais intensas de mobilização relacional (que encontramos nas profissões técnicas e de enquadramento intermédio, mas também nos segmentos executantes ou executantes e operários), bem como de uma menor saliência das pequenas dádivas (veja-se o parco valor médio das grandes ajudas em móveis e electrodomésticos), o que nos leva a caracterizar a sua situação como de *estratégia de pequeno apoio quotidiano*, ainda que associado a um valor não despiendo de apoio em alojamento.

No caso dos assalariados agrícolas e agrícolas e industriais<sup>39</sup>, a exclusão das redes de entreajuda familiar é ainda mais marcada não só pelo baixo número médio de grandes ajudas, mas particularmente pelo menor número de ajudas quotidianas em toda a população. Assim, neste panorama de baixos números médios de apoios quotidianos, são de notar particularmente os valores abaixo da média de apoio nos serviços domésticos e em ajudas materiais (ajudas estas que sobressaem pela positiva na outra fracção agrícola da população — os casais camponeses). Que esta é uma categoria com poucos recursos denotam-no não só os valores globalmente baixos das ajudas, mas também os valores diminutos das grandes ajudas — estamos aqui face a uma exclusão de qualquer tipo de circuito patrimonial (vejam-se os valores em ajudas como a dádiva de sociedade/negócio, heranças, móveis e electrodomésticos, automóveis, dinheiro ou fianças), como também de mobilização pessoal para eventos (festas familiares) ou o emprego. Os únicos pontos mais positivos parecem ser a dádiva de habitação ou terreno e a cedência/partilha de alojamento (particularmente

---

<sup>38</sup> Onde, mesmo assim, o número de grandes ajudas deste tipo é o mais baixo de toda a população.

<sup>39</sup> Esta é uma categoria da população «dividida», relativamente, em três terços: um constituído por casais em que ambos os cônjuges são assalariados agrícolas, outro em que a mulher é assalariada agrícola e o homem operário industrial e, finalmente, um último em que é o homem o assalariado agrícola e a mulher a operária industrial.

esta última), o que indicia, tal como tínhamos visto para os camponeses (embora aí estivéssemos face à propriedade e ao acréscimo de recursos que comporta), lógicas de reprodução da posição de proximidade à terra — único recurso de quem, como os assalariados agrícolas e agrícolas e industriais, pouco mais tem do que a sua força braçal, pouco ou nada qualificada, para oferecer.

Face às conhecidas carências desta fracção, bem como aos diminutos níveis de apoio que recebe, podemos falar de uma situação de exclusão social, sendo que os apoios que mesmo assim se salientam pela positiva em relação às médias populacionais (ainda que por muito pouco na maioria dos casos), como o apoio financeiro quotidiano (dávivas ou empréstimos de dinheiro, pagamento de contas e despesas) e a dádiva de casa ou empréstimo/partilha de alojamento<sup>40</sup>, consubstanciam mais uma *estratégia de dependência para a sobrevivência quotidiana* do que até uma situação de apoio quotidiano, mesmo que parco.

## NOTAS FINAIS

Os nossos objectivos neste trabalho de investigação eram basicamente dois: caracterizar os processos sociais de entreaajuda primária em Portugal (as redes de apoio familiar) e perceber os seus enraizamentos sociais, em termos das inserções observáveis nos processos de diferenciação social.

A apreensão das redes de apoio familiar e da sua topologia permite-nos, desde logo, relativizar as hipóteses radicais da privatização familiar como produtora de um isolamento conjugalista nas sociedades contemporâneas. Mas também não nos permite afirmar o contrário. Se redes de solidariedade primária, exteriores aos agregados domésticos, existem, a sua extensão não configura novas modalidades de parentesco alargado generalizado. De facto, olhando para os apoios que as redes sociais de entreaajuda prestam, verificamos que estes não são tão abundantes como algumas hipóteses sobre a solidariedade primária em Portugal (ou no Sul da Europa) fizeram crer, o que nos leva a afirmar, como Kellerhals e a sua equipa<sup>41</sup>, que o apoio é mais ocasional do que sistemático, existindo mesmo um número relevante de famílias que se encontram excluídas desses conluios familiares alargados.

Tal como em quase todos os estudos sobre as redes de solidariedade primária nas sociedades contemporâneas, verificamos que a rede de apoio familiar é, basicamente, uma rede de parentesco e, mas especificamente

---

<sup>40</sup> Note-se que neste caso, da casa e do alojamento, é muito provável que estejamos a falar, na esmagadora maioria dos casos, da cedência ou partilha de habitações com poucas condições e de fraco valor no mercado imobiliário.

<sup>41</sup> Cf. Coenen-Huther *et al.* (1994).

ainda, uma rede de parentesco restrito, centrada nos progenitores do casal e sobretudo nas mães de ambos os cônjuges.

Este carácter das redes de apoio como redes de parentesco restrito ou próximo, particularmente a sua concentração nos progenitores, é mais vincado nas grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar, que se consubstanciam como transmissões intergeracionais de riqueza. Nas ajudas quotidianas, apesar de continuarem a ser os progenitores os principais dadores de apoio (particularmente a mãe da mulher), há uma importância relativa um pouco maior dos laços de colateralidade (os irmãos/ãs e seus cônjuges) e de amicalidade ou vicinalidade (principalmente dos primeiros), mas que não ensombra de modo algum a força dos laços de progeneritura/filiação.

A rede de apoio familiar é também, em grande medida, uma rede de entreatuda feminina. A feminização das redes deve ser entendida em dois sentidos: preponderância dos apoios por parte da família da mulher do casal e preponderância de apoios prestados por mulheres.

Olhando para a lateralização da rede de parentesco, verificamos que o apoio corre mais pelo lado da família da mulher do que da do homem seu cônjuge, e mais ainda no caso das ajudas quotidianas do que no das grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar, mas em valores superiores a 60% em ambos (no global de cada caso). De facto, se no caso das ajudas quotidianas a preponderância da linha feminina da família é claríssima, no caso das grandes ajudas, mesmo havendo essa tendência, verificamos às vezes existir uma partição igualitária de apoios entre a família da mulher e a família do homem. A excepção, no sentido de dar primazia às dádivas em linha masculina, é a oferta de negócio — o que vinca que a transmissão e circulação da propriedade económica tendem a ser apanágio do poder e da autoridade masculinos.

Diferenciando os apoios segundo o género dos dadores, a feminização, isto é, os apoios prestados por mulheres, é mais uma vez forte. São elas as responsáveis por quase três quartos das ajudas quotidianas — a excepção são os serviços como reparações, onde avultam, tipicamente aliás, os homens, bem como, embora não contrariando a tendência maioritária, as ajudas financeiras e materiais, onde o apoio dado em conjunto por casais (de progenitores na maioria esmagadora dos casos) tem alguma relevância. No caso das grandes transmissões ao longo da vida, este panorama altera-se, pois, se, globalmente, as mulheres continuam maiores dadores do que os homens, as dádivas feitas em conjunto por casais tornam-se a situação modal. As excepções são a dádiva de automóvel, negócio ou herança, que são mais masculinas, e as ajudas para a colocação profissional, paritariamente divididas entre homens e mulheres em separado.

Se já Young e Willmott (1987 [1957]) vincavam a estrutura matrifocal das redes de parentesco e Bott (1976 [1957]) salientava a força da ligação

entre mãe e filha na constituição de redes de solidariedade, e se os apoios, como vimos, são preponderantemente femininos (no seu duplo sentido de lateralização e gendrificação), os nossos resultados corroboram, na actualidade, a diferenciação de género. Diferenciação esta semelhante à verificada por Bourdieu para a Cabília (1997, p. 128) quando nos diz que «as mulheres trocam pequenos presentes contínuos, quotidianos, que tecem as relações sociais em que assentam numerosas coisas importantes respeitantes, nomeadamente, à reprodução do grupo, enquanto que os homens são responsáveis pelas grandes trocas descontínuas, extraordinárias.» Constatamos, assim, que esta mobilização dos homens para as trocas descontínuas, à parte o cumprir de tarefas quotidianas específicas e tradicionalmente masculinas, é feita sobretudo através de uma mobilização dos casais, pelo menos nominalmente, aquando das grandes ajudas ao longo do ciclo de vida.

No âmbito das parentelas restritas das sociedades contemporâneas (pelo menos em termos de apoios prestados), são os processos de diferenciação de género os estruturadores maiores da própria construção da vida familiar aqui observada, pois, nesta economia das trocas simbólicas (porque fazem a comunhão do grupo) e materiais (porque se dão e fazem coisas), não deixa de ocorrer um processo de reprodução das linhas de diferenciação social, logo dos processos de dominação que o espaço social assimétrico comporta, tais como a dominação masculina (Bourdieu, 1999), activada pelas disposições práticas que, diferenciando os papéis que cabem, respectivamente, a homens e mulheres, reproduzem fortes diferenciações simbólicas, categoriais e disposicionais.

De facto, o carácter sexuado (*gendered* — gendricado) das redes de apoio familiar é tão vincado que alguns autores são mesmo da opinião de que o grande factor estruturante dessas redes é o género, pois as mulheres são as grandes protagonistas da comunicação e mediação entre grupos domésticos da parentela<sup>42</sup>. Existem verdadeiras linhagens de ajuda feminina, sendo as mulheres os verdadeiros *pivots* das relações de parentesco<sup>43</sup>, nomeadamente quase todas as investigações demonstram a importância da relação mãe-filha<sup>44</sup> (mesmo os homens parecem dirigir-se mais à mãe do que ao pai<sup>45</sup>). Estamos então face a uma autêntica *ordem de género*<sup>46</sup>, actuando o parentesco como base reprodutora da desigualdade entre os géneros<sup>47</sup>.

Se tivéssemos de caracterizar sinteticamente as redes de apoio familiar no respeitante à sua topologia, diríamos que estas são preponderantemente redes

---

<sup>42</sup> Cf. Saraceno (1992), p. 76.

<sup>43</sup> Cf. Segalen (1993), pp. 109-110.

<sup>44</sup> Cf. Segalen (1993), p. 107.

<sup>45</sup> Cf. Bawin-Legros e Jacobs (1995).

<sup>46</sup> Cf. Connel (1996) — no sentido de ordem institucionalizada de diferenciação de género.

<sup>47</sup> Cf. Connel (1996), p. 92.

de parentesco intergeracional directo, matrilateralizadas e feminizadas, com excepção de formas de trabalho, escassas de resto, ou de dádiva patrimonial tradicionalmente mais masculinas ou patrilateralizadas — portanto, redes gendrificadas, isto é, estruturadas por processos conhecidos de diferenciação de género.

Como pudemos observar, os processos de diferenciação social não se ficam pelos processos de desigualdade de género interiores às famílias e redes de apoio, pois estas diferenciam-se também consoante as desigualdades de classe que estruturam um espaço social global.

De facto, se toda a variedade de situações, em termos do volume de apoios recebidos, existe em todas as categorias (posições relativas) do espaço social, existem, no entanto, linhas de força estatística que podem ser verificadas. Constatamos que as categorias sócio-profissionais mais privilegiadas, como os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio, são alvo de maior número de dádivas, quer de ajudas quotidianas no momento presente, quer de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar. Por sua vez, as categorias globalmente mais desqualificadas — os agregados familiares de operários industriais e de assalariados agrícolas e industriais — apresentam níveis de apoio que consubstanciam quase uma situação de exclusão e isolamento. Todas as outras categorias sociais se encontram em posições intermédias face a estes dois pólos, mas que evidenciam claramente não serem situações de forte solidariedade. Quando tomamos em consideração apenas as credenciais escolares, esta diferenciação é mais linear, estando os níveis mais elevados de escolaridade também associados a volumes mais elevados de apoio.

A nossa análise, no entanto, não se esgota na verificação da associação diferenciada entre posições sociais e volume de apoio ou mesmo capacidade de mobilização do parentesco, prolongando-se para a reconstrução analítica de diferentes perfis estratégicos de reprodução familiar, pois, se a diversidade das situações de apoio encontradas percorre todo o espectro social, quer em termos de diferenciação sócio-profissional, quer educacional, e se pudemos constatar que essa diversidade estava desigual e assimetricamente distribuída pelo espaço relacional das posições sociais, pudemos igualmente avançar que essas diferentes posições, associadas a desiguais volumes de capitais e desiguais volumes de apoio, estruturam diferentes lógicas de reprodução familiar através da transmissão diferencial de variadas espécies de apoio, quer quotidiano, quer de maior envergadura e ao longo do ciclo de vida familiar.

A hipótese maior da nossa investigação era, de facto, esta última — a de que, enquanto estratégias de base disposicional, integrantes do sistema de estratégias de reprodução social das famílias, as redes de apoio variavam, com regularidade, no seu conteúdo em apoios específicos segundo as di-

ferentes e desiguais condições de existência associadas às diferentes posições/ classes sociais (Bourdieu, 1979).

Toda esta diferenciação social das redes de apoio salienta a marcada importância das pertenças de classe na estruturação das dídivas familiares — dá-se o que se tem; ora, como o que se tem está, de forma muito marcada, desigualmente distribuído pela população, também o que se dá o está. O carácter de famílias de classe (Bertaux, 1978) confirma-se na estruturação das solidariedades primárias. De facto, o volume e a estrutura interna dos apoios recebidos pelas famílias estão associados à sua posição social relativa de maneira tão marcada que aparentam ser, pura e simplesmente, formas de capital que, nas famílias, se vão passando ao longo do tempo. Ou seja, o que se constata é que as famílias, de classe, são processos intergeracionais, diacrónicos e abertos.

Se tipificarmos as orientações estratégicas das diferentes classes sociais segundo as formas de capital em que podemos analiticamente organizar a entreajuda, verificamos que os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio recebem níveis elevados de capital de gestão do quotidiano, de capital relacional e organizacional e de capital económico — os primeiros particularmente desta última espécie, os segundos igualmente mas em menor grau, os terceiros a terem uma proporção maior de capital relacional e organizacional. Veja-se, no entanto, que todos estes têm cumulativamente as três espécies em níveis elevados. Os independentes e pequenos patrões, bem como os camponeses, detêm formas específicas de pequeno capital económico, estando algo desguarnecidos das restantes espécies (com a excepção do capital de gestão do quotidiano no caso dos camponeses, mas em modalidades fortissimamente dependentes das modalidades específicas de capital económico que lhes é dado). No caso dos empregados executantes temos basicamente capital de gestão quotidiana e relacional e organizacional, ainda que associado a pequeníssimos montantes de capital económico para pequenas dídivas. Pequeno capital económico esse que desaparece nos casais de empregados executantes e operários, quedando-se pelos outros dois, o quotidiano e o relacional. Nos operários industriais, por sua vez, é o capital relacional e organizacional que é reduzido (ficando-se praticamente pelas ajudas em partilha de alojamento), restando, basicamente, o de gestão do quotidiano. É este último que nem assim podemos dizer que seja dado aos assalariados agrícolas e agrícola-industriais — a situação destes é tal que não passa pela posse de quase nada e as parcas dídivas que recebem não são suficientes para alterarem uma situação de exclusão e dependência.

A reprodução observa-se, assim, pela concatenação diferencial entre tipos e montantes de apoio e diferentes classes sociais. Podemos mesmo dizer que determinados volumes globais de capital estruturam determinados volumes de apoio e que determinadas estruturas patrimoniais das várias espécies de

capital estruturam determinadas estruturas patrimoniais dos vários tipos de apoio. Estes processos de estruturação assentam numa realidade familiar de relacionamentos de troca entre famílias nucleares ligadas por laços de progeneritura-descendência (cf. Déchaux, 2001) e estruturadas por linhas de género (dominância da matrilinearidade e da feminização da entreajuda).

## BIBLIOGRAFIA

- ATTIAS-DONFUT, C. (1995a), «Transferts publics et transferts privés entre générations», in Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan, pp. 5-23.
- ATTIAS-DONFUT, C. (1995b), «Le double circuit des transmissions», in Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan, pp. 41-81.
- ATTIAS-DONFUT, C. (1996), «Les solidarités entre générations», in *La société française — données sociales — 1996*, INSEE, pp. 317-323.
- BAWIN-LEGROS, B., et al. (A. Gauthier, J.-F. Stassen) (1995), «Les limites de l'entraide intergénérationnelle», in Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan, pp. 117-130.
- BAWIN-LEGROS, B., e JACOBS, T. (dir.) (1995), *Transferts, flux, réseaux de solidarité entre générations*, Bruxelles, Services Fédéraux des Affaires Scientifiques, Techniques et Culturelles.
- BERTAUX, D. (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa, Moraes.
- BONVALET, C., et al. (D. Maison, H. Le Bras e L. Charles) (1993), «Proches et parents», in *Population*, 1, pp. 83-110.
- BOTT, E. (1976 [1957]), *Família e Rede Social. Papéis, Normas e Relacionamentos Externos em Famílias Urbanas Comuns*, Rio de Janeiro, F. Alves.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction — critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, P. (1980), *Le sens pratique*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, P. (1987), *Choses dites*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, P. (1997), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, P. (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, P. (2000 [1972]), *Esquisse d'une théorie de la pratique précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Paris, Seuil.
- COENEN-HUTHER, J., et al. (J. Kellerhals e M. Allmen) (1994), *Les réseaux de solidarité dans la famille*, Lausana, Réalités Sociales.
- CONNEL, R. W. (1996), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge, Polity Press.
- COSTA, A. F. (1987), «Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais», in *Análise Social*, 98, pp. 652-658.
- COSTA, A. F., et al. (R. Mauritti, S. C. Martins, F. L. Machado e J. F. Almeida) (2000), «Classes sociais na Europa», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 9-43.
- DÉCHAUX, J.-H. (2001), *Pour une sociologie des structures de la parenté dans les sociétés occidentales modernes*, Genebra, comunicação policopiada ao Congresso da Associação Suíça de Sociologia, 10 páginas.
- DURKHEIM, É. (1975 [1921]), «La famille conjugale», in Émile Durkheim, *Textes III*, Paris, Minuit, pp. 35-49.
- ESTANQUE, E., e MENDES, J. (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Afrontamento.
- KELLERHALS, J., et al. (J. Coenen-Huther e M. Allmen) (1995), «Les formes du réseau de soutien dans la parenté», in Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan, pp. 131-143.

- KELLERHALS, J., e MC CLUSKEY, H. (1988), «Uma topografia subjectiva do parentesco», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 5, pp. 171-189.
- LESEMANN, F., e MARTIN, C. (1993), «Solidarités familiales et politiques sociales», in *Notes et études documentaires*, 2/3, pp. 4967-4968.
- MACHADO, F. L. (1991), *Classes, Grupos de Referência e Identidades*, parte II, *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, Lisboa, ISCTE.
- MACHADO, F. L., e COSTA, A. F. (1998), «Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social», in J. M. L. Viegas e A. F. da Costa, *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- MARTIN, C. (1995a), «Os limites da protecção da família. Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação família-Estado», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42, pp. 53-76.
- MARTIN, C. (1995b), «Vieillissement, dépendance et solidarités en Europe», in Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan, pp. 223-242.
- PARSONS, T. (1971), «A estrutura social da família», in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família: A Sua Função e Destino*, Lisboa, Meridiano, pp. 273-300.
- PARSONS, T., e BALES, R. (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, Glencoe, Free Press.
- PITROU, A. (1978), *Vivre sans famille? Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*, Toulouse, Privat.
- ROUSSEL, L., e BOURGUIGNON, O. (1976), *La famille après le mariage des enfants*, Paris, INED/PUF.
- SARACENO, C. (1992), *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa.
- SEGALEN, M. (1993), *Sociologie de la famille*, Paris, Armand Colin.
- TORRES, A., et al. (J. Castro, S. Inglez, F. Silva e P. Vasconcelos) (1999), «Políticas sociais e a questão do acolhimento das crianças em Portugal», in *Cadernos de Política Social*, n.º 1, pp. 43-90.
- VASCONCELOS, P. (2001), *Redes de Entajuda Familiar no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, tese de mestrado policopiada, ICS/UL.
- WALL, K. (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, D. Quixote.
- WALL, K., et al. (S. Inglez, V. Cunha e P. Vasconcelos) (2001), «Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality», in *Journal of European Social Policy*, vol. 11 (3), pp. 213-233.
- YOUNG, M., e WILLMOTT, P. (1987 [1957]), *Family and Kinship in East London*, Londres, Penguin.